



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE OFICIAL DE PROMOTORIA  
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAUCU

# CADERNO DE PROVAS

---

## INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
  2. Você receberá do fiscal:
    - a) 01 (um) caderno de questões;
    - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
    - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
    - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
  3. O caderno de questões contém:
    - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
    - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
    - c) 01 (uma) proposta de redação.
  4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
  5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
  6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
  7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
  8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
  9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
  10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
  11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.
-

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 10 Questões

#### Questão 01

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.  
\_\_\_\_\_ de ir ao clube, preferimos ir \_\_\_\_\_ cinema.

- a) Ao invés, no
- b) Ao invés, ao
- c) Em vez, ao
- d) Em vez, no

#### Questão 02

Marque a alternativa em que não há erro na regência nominal:

- a) O carro adquirido foi idêntico com o anterior, que foi vendido.
- b) O argumento era análogo com a sustentação oral feita pelo aluno.
- c) O rapaz apresentou sua credencial de Bacharel de Direito.
- d) O idoso tem horror a barulhos noturnos produzidos por som automotivo.

#### Questão 03

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) ferrujinoso – hegemonia – rabugice
- b) lisonjear – geito – sarjeta
- c) maciço – insipiente – ascético
- d) paçoca – hojeriza – contorção

#### Questão 04

Com base nas normas de regência verbal, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – A aurora antecede o dia.
- II – Desfrutemos os bens da vida.
- III – José não tarde em chegar.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 05

Assinale a alternativa que preenche de forma correta as lacunas da frase a seguir: “Até ontem, já \_\_\_\_\_ duas mil pessoas desabrigadas em todo o estado, e muitas mais \_\_\_\_\_ se \_\_\_\_\_ as chuvas torrenciais.

- a) existiam, haverá, continuarem.
- b) existiam, haverão, continuarem.
- c) existia, haverá, continuar.
- d) existia, haverão, continuarem.

#### Questão 06

Assinale a alternativa em que a frase está correta quanto ao uso do acento grave indicador de crase.

- a) Acusado e testemunha ficaram cara à cara durante o julgamento.
- b) Mariana fez a lição de casa às pressas, pois já estava atrasada.
- c) Nós iremos à Porto Alegre nas próximas férias escolares.
- d) O encontro foi marcado para às 15h.

#### Questão 07

Identifique a alternativa que emprega corretamente a língua portuguesa:

- a) Após a interrupção, o juiz procedeu a leitura da sentença.
- b) A reforma tributária implicará em renúncia de muita coisa por parte dos governadores.
- c) Obedeça sempre a seus pais e a seus superiores!
- d) Se tiver de responder processo na justiça, faça-o com serenidade.

#### Questão 08

Assinale o item em que se faz uso correto da língua portuguesa:

- a) Não faça pergunta a que eu não possa dar resposta!
- b) Esse programa do governo visa o bem do povo.
- c) Nunca me sobressaí em Física nem em Matemática
- d) Eu não vou lhe prejudicar, fica tranquilo

Leia e interprete o texto a seguir para responder às questões 9 e 10:

#### Uma carta aberta aos líderes mundiais sobre florestas e mudanças climáticas

27 novembro 2015

A todos os líderes mundiais:

Em duas semanas, você terá a oportunidade de fazer história. Ao chegar a um acordo forte, justo e universalmente vinculativo na Conferência das Partes sobre mudança climática em Paris, você pode garantir que o mundo tenha uma chance de lutar para evitar os piores impactos das mudanças climáticas.

Louvamos os esforços que muitos de vocês têm feito para mostrar que, de diferentes maneiras, suas nações estão prontas para assumir os desafios e as responsabilidades compartilhadas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, há ainda muito trabalho a ser feito, e uma série de questões permanecem na balança.

Uma área crucial não resolvida é o papel do setor da terra, em particular das florestas. Na sequência de negociações do mês passado em Bonn, foram incluídas no texto que servirá de base para as discussões em Paris várias referências a florestas e uso da terra. No entanto, atualmente estes temas não são apoiados por todas as partes.

Simplificando, um acordo sobre clima que não conseguir resolver as questões de desmatamento e uso da terra irá falhar. O setor da terra (agricultura, silvicultura e outros usos da terra) é responsável por cerca de um quarto de todas as emissões globais de gases de efeito estufa. Em muitos países em desenvolvimento, essa é a principal fonte de emissões.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas estima que o setor da terra poderia fornecer de 20% a 60% de mitigação cumulativa das alterações climáticas até 2030. Os esforços para conservar as florestas e restaurar terras degradadas também têm um papel importante a desempenhar na adaptação às alterações climáticas. Mas isso não vai acontecer na escala e no ritmo necessário sem o seu apoio, em Paris.

Junto com muitos países em desenvolvimento, o WWF acredita que o acordo de Paris deve reconhecer a importância do uso sustentável da terra como um componente-chave para um desenvolvimento inteligente na área de clima. Ele também deve incluir incentivos para os países em desenvolvimento reduzirem as emissões do desmatamento e degradação florestal, gerirem as florestas de forma sustentável e aumentarem os sumidouros de carbono (REDD +). Mais de 50 países em desenvolvimento em todo o mundo fizeram progressos significativos na concepção dos seus programas de REDD +, mas precisam da garantia de apoio financeiro a longo prazo dos países doadores para implementá-las efetivamente.

Visto que assegurar as florestas é parte integrante do regime climático pós-2020, convidamos você a apoiar medidas imediatas para proteger e restaurar florestas. O WWF quer ver o fim da degradação florestal e do desmatamento ilegal até 2020 - uma meta ecoou no Objetivo 15.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e é apoiada por muitas empresas líderes e instituições financeiras. O WWF está trabalhando com países em desenvolvimento e doadores, setor privado e parceiros da sociedade civil para ajudar a alcançar este objetivo.

Um fim precoce para o desmatamento e a degradação florestal poderia resultar em cortes anuais de emissões de CO<sub>2</sub> equivalente entre 1.3Gt e 4.2Gt até 2020 – o que seria um grande passo para fechar a lacuna de gigatoneladas entre as ações de mitigação confirmadas ou atualmente em curso, e o que a ciência diz ser necessário. Além do custo ser significativamente menor do que o de atividades equivalentes em outros setores, essas ações também trariam enormes benefícios para a biodiversidade e para as centenas de milhões de pessoas, incluindo em muitos dos países mais pobres do mundo, que dependem das florestas.

Muitos interesses e ideias concorrentes estarão presentes em Paris e muitas decisões difíceis terão de ser tomadas. Mas acreditamos que o fim do desmatamento e o uso de nossos recursos finitos da terra de forma sustentável é algo que todas as nações podem e devem apoiar.

(Uma carta aberta aos líderes mundiais sobre florestas e mudanças climáticas | WWF Brasil, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?49422/Uma-carta-aberta-aos-lderes-mundiais-sobre-florestas-e-mudanas-climticas>)

### Questão 09

Pela análise do texto acima e considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa que contemple a sequência correta de quais são as principais reivindicações dessa carta, considerando V para as afirmações verdadeiras e F para as falsas:

- ( ) Em linhas gerais, a carta reivindica que os líderes mundiais atuem na Conferência de Paris em prol do uso sustentável da terra.
- ( ) A carta apresenta dados referentes ao potencial do setor da Terra para acentuar as alterações climáticas e as emissões de gases de efeito estufa.
- ( ) Na carta, ressalta-se a importância de combater o desmatamento e a degradação de florestas, assim como digirir as florestas como sumidouros de carbono.

( ) A carta faz referências a pesquisas do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, mas não há outras negociações ambientais ou ao setor privado e a sociedade civil.

- a) V-F-V-F
- b) V-F-F-V
- c) F-V-V-F
- d) F-V-F-V

### Questão 10

Com base nas afirmações do texto, podemos concluir que o objetivo principal da carta do WWF-Brasil, cuja razão social é Fundo Mundial Para a Natureza, é o seguinte:

- a) Mostrar aos líderes mundiais que os problemas ligados à flora e à fauna não estão relacionados às questões climáticas.
- b) Alertar os líderes mundiais para o fato de que a humanidade está enfrentando um dos piores problemas ambientais já vividos.
- c) Chamar a atenção dos líderes mundiais para a oportunidade que a Conferência das Partes em Paris representaria para a humanidade.
- d) Convocar líderes mundiais a não acatar ideias concorrentes de diferentes nações voltadas para a causa das questões climáticas.

## MATEMÁTICA

### 05 Questões

### Questão 11

Em uma empresa de transporte, os encarregados precisam dividir seus 210 motoristas em pequenos grupos para organizarem um evento de conscientização no trânsito. Os grupos podem ser formados, sem sobrar nenhum motorista, pela seguinte quantidade de motoristas:

- a) 2, 3, 5 ou 7
- b) 3, 4, 5 ou 6
- c) 3, 5, 6 ou 9
- d) 2, 3, 4 ou 7

### Questão 12

Sobre os conjuntos numéricos, podemos afirmar que:

- a) Todo número natural  $n$  tem seu antecessor  $n + 1$ .
- b) Dois ou mais números naturais que se seguem são denominados consecutivos.
- c) O número natural que vem imediatamente antes de um número natural diferente de zero é denominado seu sucessor.
- d) O asterisco colocado junto ao símbolo que representa um conjunto numérico significa que o zero foi incluído em tal conjunto.

### Questão 13

Durante o ano de 2020, devido à pandemia de COVID-19, o mundo viu-se dependente da criação de uma vacina para imunizar a população. No Brasil não foi diferente, e a corrida por uma vacina eficaz só terminou

no ano de 2021. A primeira delas foi a Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan, que anunciou que a vacina possui 78% de eficácia em casos leves. Isso significa que, se 100 pessoas forem vacinadas, 78 pessoas não terão sintoma algum e 22 pessoas terão sintomas leves.

A partir desse anúncio, iniciou-se a campanha de imunização. Supondo-se que a cidade de Abadia de Goiás (próxima da capital Goiânia) tenha conseguido vacinar toda a sua população, que é de 8.950 habitantes, e considerando-se que toda ela tenha contato com o vírus e que essa proporção seja mantida, a quantidade de pessoas que terão sintomas leves nessa população será de:

- a) 1969
- b) 1780
- c) 2170
- d) 2969

#### Questão 14

A partir da relação entre distância e tempo se chega à velocidade, de modo que, matematicamente, a distância é a divisão do espaço pelo tempo que se demorou para percorrer. Tendo tal consideração em mente, suponha que em um dia ensolarado um motociclista pegou a estrada e saiu do município de Santo Antônio da Barra, mais conhecido por “Pito”, com rumo ao glorioso povoado de Santa Cruz das Lages, vulgarmente conhecido por “Quimba”. Em ritmo tranquilo, aproveitando a paisagem de roça e um pontinho aqui e outro ali de mato, percorreu o primeiro terço do percurso à velocidade média de 60 km/h, o terço subsequente a 40 km/h e o restante do trecho rodoviário a 20 km/h.

Tendo tais medidas sido apuradas, é possível afirmar que o valor que corresponde de forma mais precisa à velocidade média da motocicleta no percurso é:

- a) 47,5 km/h.
- b) 42,5 km/h.
- c) 37,5 km/h.
- d) 32,5 km/h.

#### Questão 15

Para realizar o acabamento da sede do Ministério Público em Itauçu, que está em reforma, foram contratados 2 pedreiros. Sabendo que eles conseguiram fazer o reboco de 48m<sup>2</sup> por dia, trabalhando 6 horas diárias, qual seria a produtividade se fossem contratados mais 4 pedreiros para trabalhar 4 horas por dia?

- a) 72m<sup>2</sup>
- b) 80m<sup>2</sup>
- c) 92m<sup>2</sup>
- d) 96m<sup>2</sup>

## HISTÓRIA DO BRASIL

### 05 Questões

#### Questão 16

Sobre a Revolução de 1817 em Pernambuco, é incorreto afirmar:

- a) Foi um movimento marcado pela defesa e garantia dos direitos individuais e indisponíveis, visando a conquista da liberdade ao abolir a escravidão.
- b) A Revolução de 1817 foi influenciada pelas ideias iluministas.

- c) O Governo Provisório era composto por membros que representavam as classes dominantes.
- d) A Revolução Pernambucana de 1817 foi motivada pela crise econômica que atingia o comércio, a forte seca que assolava a região e as despesas com a Corte Portuguesa.

### Questão 17

Sobre a Constituição do Brasil de 1824, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Com a proclamação da independência, em 1822, realizada pelo Imperador Dom Pedro I, o Brasil viu-se diante da necessidade de estruturar o funcionamento de seus poderes políticos e organizar-se enquanto Estado soberano e independente. Em 25 de março de 1824, então, foi outorgada a Constituição do Império, fruto dos trabalhos do Conselho de Estado.

II – A produção de seu texto não sofreu nenhuma influência do liberalismo clássico, ideologia fruto das revoluções ocorridas no decorrer dos séculos XVII e XVIII que simbolizaram a superação do Estado absolutista através da luta pela liberdade e pela ampliação da participação política.

III – Foi a única constituição do Brasil monárquica (quanto à forma de governo, éramos uma monarquia hereditária constitucional).

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

### Questão 18

Acerca da Primeira República do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Revolta da Vacina foi um dos principais movimentos populares da Primeira República e motivada pela insatisfação da população com as medidas autoritárias que foram tomadas pela gestão de Pereira Passos. Durante a gestão desse prefeito, foi realizada uma reforma urbana e uma campanha de vacinação que ficaram marcadas pelo autoritarismo do poder público.
- b) O voto do cabresto e as fraudes eleitorais eram duas práticas comuns do período da Primeira República. O voto de cabresto consistia na intimidação dos eleitores para que eles votassem nos candidatos indicados pelas autoridades locais.
- c) O clientelismo é um conceito que faz referência às práticas de troca de favores que caracterizaram as relações políticas no Brasil da Primeira República. Sendo assim, os coronéis, autoridades regionalizadas, usavam de todo o seu poderio para tomar iniciativas que fossem favoráveis ao Governo Federal. Em troca, recebiam carta livre para agir em seus estados e apoio do governo.
- d) A política de contenção foi estabelecida durante a presidência de Campos Sales (1898-1902) e foi uma prática política comum durante toda a Primeira República. Nela, uma aliança entre Executivo e Legislativo acontecia, e as pautas do Governo Federal eram defendidas, com as oligarquias locais ganhando respaldo do governo em seus estados.

### Questão 19

Durante o período de 1964 a 1985 viveu no Brasil o regime militar. A respeito deste período histórico é incorreto afirmar:

- a) O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Com o objetivo de dar feição de normalidade ao rompimento institucional e aos AIs que contrariavam a Constituição então vigente, o regime sustentou a ideia de que todas as “revoluções”, tal qual seria a de 64, trariam a reboque o “poder constituinte originário” e, portanto, a revolução de 64 seria detentora de legitimidade política para edição de normas fundamentais que pudessem prever de forma diversa e ampla, sem amarras, o arranjo político-institucional do Estado e inclusive interferir em direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.
- b) Durante o regime militar, embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram inicialmente apresentadas como temporárias. O próprio AI-1 limitou sua vigência até 31 de janeiro de 1965.
- c) Uma das características do regime implantado em 1964 foi o de não ser uma ditadura pessoal. Pode-se compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares - general de quatro estrelas - era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava, de fato, no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa, conforme o caso, e decisão final do Alto Comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o Presidente da República, indicado pela Arena. Na realidade, contudo, o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima.
- d) Se do ponto de vista democrático e de direitos fundamentais houve retrocesso, o mesmo não se pode dizer em relação ao econômico. O período do chamado “milagre brasileiro” estendeu-se de 1969 a 1973 e combinou extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. Para que fosse possível esse desempenho, o regime promoveu medidas econômicas que impulsionam a independência do Brasil em relação ao sistema financeiro e ao comércio internacional, com a redução da tomada de empréstimos e da dívida externa. Outro aspecto positivo do milagre que perdurou anos depois foi a conjugação de avanço econômico e avanço social, graças ao maciço investimento em programas sociais pelo Estado, o que levou o país a se destacar no contexto mundial pelo seu potencial industrial e por indicadores crescentes de saúde, educação e habitação, que, em suma, medem a qualidade de vida de um povo.

## Questão 20

A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

(CORDI et al. Para filosofar. São Paulo: Scipione, 2007 - adaptado)

Os países, no Século XX, tiveram que repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. E não foi diferente com o Brasil, que tem a Constituição da República de 1988 como um marco dessa mudança. Sob esse enfoque, a partir do texto e dos seus conhecimentos acerca da Constituição de 1988 e dos avanços da cidadania nela expressos, assinale a alternativa correta:

- a) A ética pode ser compreendida como instrumento de garantia da cidadania, porque por meio dela os cidadãos passam a pensar e agir de acordo com valores coletivos.
- b) A ética é um mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.

- c) A ética pode ser compreendida como aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação a outras sociedades.
- d) A ética serve de parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.

## GEOGRAFIA

### 05 Questões

#### Questão 21

Sobre a federação brasileira, sua organização política e administrativa, é errado afirmar:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos, nos termos da Constituição de 1988.
- d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

#### Questão 22

Uma porção territorial com características comuns pode ser classificada como uma região. Tais características territoriais servem como referência para a regionalização do Brasil. Sobre o tema, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Em 1999, o geógrafo e professor Milton Santos propôs uma regionalização considerando as diferenças e semelhanças, de acordo com a concentração espacial e densidade técnica do território brasileiro. Identificou, então, cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

II – Pará, Tocantins e Maranhão são estados que compõem a região Norte do país, segundo a divisão oficial adotada pelo governo federal.

III – Roberto Lobato Correa, seguindo como único critério a densidade populacional, propôs que o Brasil fosse dividido em três regiões: Amazônica, Nordeste e Centro-Sul. Essas regiões foram determinadas em observância aos limites territoriais dos estados da federação.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 23

As rochas magmáticas, como o próprio nome sugere, são aquelas que surgem a partir do resfriamento e da solidificação do magma. Esse processo pode ocorrer abaixo da superfície (processo lento) e sobre a superfície (processo rápido), tendo, assim, características diferenciadas conforme o seu tipo de formação.

Os processos lento e rápido, descritos no texto acima, originam, respectivamente, rochas magmáticas do tipo:

- a) vulcânicas e plutônicas
- b) intrusivas e plutônicas
- c) micromórficas e orogenéticas
- d) plutônicas e vulcânicas

#### Questão 24

No que diz respeito à relação entre espaço geográfico, atividades econômicas e sociedade, assinale a alternativa incorreta:

- a) As transformações profundas por que tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas originaram movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho. Dentre tais movimentos sociais, pode-se citar o Movimento das Ligas Camponesas que, durante as décadas de 50 e 60, agitou o campo brasileiro, a primeira forma mais ampla de movimento social rural. Fundadas como sociedades beneficentes, organizou a luta de foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral da Zona da mata nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região.
- b) A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia, principalmente no Pará, no Bico do Papagaio (região compreendida pelo norte de Tocantins, sudoeste do maranhão e sudeste do Pará) e no Mato Grosso, gerou um grande número de conflitos entre fazendeiros e posseiros, tornando a violência a principal característica dessa região. Foi também com esses projetos que em pleno final do século XX surgiu a peonagem, ou “escravidão branca”, como relação de trabalho praticada nesses empreendimentos pelos empresários do Centro-Sul do país.
- c) Outra frente de luta pela terra travada pelos camponeses foi a das desapropriações nas grandes obras realizadas pelo Estado. Exemplos dessa luta apareceram no Rio Grande do Sul, em função do projeto de construção de barragens no alto Uruguai; na construção da hidrelétrica de Itaipu; e no Nordeste, na construção das barragens de Sobradinho e Itaparica no rio São Francisco.
- d) Em meio a essa diversidade de movimentos sociais no campo brasileiro na década de 70, nasceu e se expandiu rapidamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esse movimento, iniciado em Estados do nordeste brasileiro, especialmente Pernambuco, Paraíba e Bahia, tem nos acampamentos a estratégia de luta para pressionar o governo brasileiro implantar a reforma agrária. Organizado Nacionalmente, ele se constitui no principal movimento social no campo e busca, através das ocupações de terras, criar fatos políticos que mobilizem e sensibilizem os governantes para a necessidade da implantação da reforma agrária.

#### Questão 25

O crescimento vegetativo é uma das principais variáveis adotadas pela demografia, que é uma ciência que se baseia nos estudos da população em geral. Esse indicador exprime a relação entre:

- a) o volume de crescimento absoluto e o volume de crescimento relativo de uma nação.
- b) o registro da mortalidade infantil e o registro da mortalidade materna, comparados.
- c) o aumento da população absoluta e o saldo migratório.
- d) o número de nascimentos e o de mortes de uma população.

---

## INFORMÁTICA BÁSICA

### 05 Questões

---

#### Questão 26

Pode-se afirmar que o acesso à internet pode ocasionar diversos riscos. Quanto ao aludido tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) As janelas de pop-up podem coletar as informações do usuário e compartilhá-las indevidamente com outros sites, afetando a privacidade do usuário.
- b) Janelas de pop-up são aquelas que aparecem automaticamente e sem permissão, sobrepondo a janela do navegador Web, após o usuário acessar um site.
- c) Um cookie pode ser temporário (de sessão), quando é apagado no momento em que o navegador Web ou programa leitor de e-mail é fechado.
- d) Cookies são pequenos arquivos gravados no computador quando o usuário acessa sites na Internet e que são reenviados a esses mesmos sites quando novamente visitados.

#### Questão 27

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas sobre os atalhos que ativam funções no Windows:

- I – Ctrl + Esc ou Tecla Windows: abrem o Gerenciador de Tarefas do Windows.
- II – Shift + Delete: encaminha um arquivo ou diretório para a lixeira;
- III – Windows + D: abre a ajuda do programa atualmente aberto;
- IV – Ctrl + V: ativa a função recortar.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

#### Questão 28

A zona obscura na Internet, inacessível através dos mecanismos mais populares de busca como o Google e o Bing é denominada:

- a) Gray Web
- b) Surface Web
- c) Deep Web
- d) Anonymous Web

#### Questão 29

Após redigir texto no programa Microsoft Office Standard 2021 ou superior e proceder ao salvamento do arquivo no disco rígido, pode-se dizer que, dentre os formatos indicados abaixo, é o que permite reler o arquivo e editá-lo no mesmo programa em questão:

- a) .pdf.
  - b) .jpeg.
  - c) .mos.
  - d) .docx.
-

### Questão 30

Um computador ou um dispositivo eletrônico programável possui na sua essência básica duas partes, o hardware e o software. A primeira refere-se a todas as partes físicas que compõem o computador e a segunda, à parte lógica ou programável. Como se define o software ou conjunto de softwares cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário?

- a) Linguagem de programação
- b) Banco de dados
- c) Sistema Operacional
- d) Software aplicativo

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### 20 Questões

### Questão 31

Assinale a alternativa que corresponda a uma competência inerente ao Centro de Apoio Operacional, nos termos do art. 18, da Lei Complementar Estadual nº 25/98:

- a) realizar seminários, congressos, cursos, simpósios, pesquisas e estudos, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público e de serviços auxiliares;
- b) receber representações e expedientes, encaminhando-os para os respectivos órgãos de execução;
- c) interpor recursos aos Tribunais Superiores;
- d) definir, de acordo com o Plano Estratégico Institucional, os respectivos Planos Operacionais de Atuação e os programas de atuação integrada;

### Questão 32

De acordo com a Lei Complementar Estadual de nº 25/98, a edição de atos e decisão, na forma da lei, sobre as implementações decorrentes do sistema remuneratório, bem como sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, compete:

- a) ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- b) ao Conselho Superior do Ministério Público.
- c) ao Procurador-Geral de Justiça.
- d) ao Colégio de Procuradores de Justiça.

### Questão 33

Assinale a alternativa correta quanto às reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº 25/98:

- a) as deliberações do Conselho Superior do Ministério Público serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a metade de seus integrantes, cabendo a seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, nos casos previstos em lei.
- b) funcionará, como Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, um de seus integrantes escolhido pelos seus pares;
- c) nas reuniões, serão editados de atos e instruções, sem caráter normativo, tendentes à melhoria do serviço do Ministério Público.

- d) as sessões relativas a desenvolvimento de processo disciplinar referente a membro do Ministério Público serão públicas, e nelas o Corregedor-Geral do Ministério Público não terá direito a voto

#### Questão 34

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam dos direitos da vítima no bojo do procedimento de investigatório criminal, previsto na Resolução de nº 07/2018, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás.

I - Havendo necessidade, o presidente do procedimento investigatório criminal deverá realizar o encaminhamento da vítima e outras pessoas atingidas pela prática do fato criminoso à rede de assistência de atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, a expensas do ofensor ou do Estado.

II - O membro do Ministério Público velará pela segurança de vítimas e testemunhas que sofrerem ameaça ou que, de modo concreto, estiverem suscetíveis a sofrer intimidação por parte de acusados, parentes ou pessoas a seu mando, podendo, inclusive, requisitar proteção policial em seu favor.

III - No curso da investigação ou da ação penal deverá ser providenciado, se necessário, o encaminhamento da vítima ou de testemunha para inclusão em Programa de Proteção de Assistência a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas ou em Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados.

Assinale a alternativa que corresponde aos julgamentos das assertivas:

- a) I, II e III estão corretas
- b) II e III estão incorretas
- c) I e III estão incorretas
- d) I e II estão incorretas

#### Questão 35

De acordo com o art. 129 da Constituição Federal de 1988, são funções institucionais do Ministério Público:

I - Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

II - Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção dos Estados e dos Municípios, nos casos previstos nesta Constituição;

III - Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

#### Questão 36

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, não é atribuição administrativa do Procurador-Geral de Justiça:

- a) Exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente.
- b) Propor ao Poder Legislativo a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório.

- c) Elaborar e submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos da carreira, dos serviços auxiliares e de orçamento anual.
- d) Representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público acerca da instauração de sindicância ou procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.

### Questão 37

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, não compete ao Colégio de Procuradores de Justiça:

- a) Opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/3 (um terço) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional.
- b) Convocar reunião ordinária, mediante requerimento de metade dos seus integrantes, na forma da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998.
- c) Autorizar, por maioria absoluta de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.
- d) Destituir, na forma da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível com suas atribuições, ou grave omissão nos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/3 (um terço) de seus integrantes, assegurada ampla defesa.

### Questão 38

Sobre as atribuições dos Promotores de Justiça previstas no art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I - Compete aos Promotores de Justiça inspecionar, periodicamente, estabelecimentos e órgãos de tratamento e amparo à criança ou adolescente, públicos ou privados, adotando as medidas cabíveis;
- II - Compete aos Promotores de Justiça zelar pela gratuidade do registro civil de nascimento e de óbito;
- III - Compete aos Promotores de Justiça fiscalizar a observância do Regimento de Custas do Estado e o recolhimento de multas impostas, adotando as providências cabíveis.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

### Questão 39

Acerca da instauração do Inquérito Civil Público, assinale a alternativa correta, nos termos da Resolução nº 09/18-CPJ/MPGO:

- a) O inquérito civil poderá ser instaurado: de ofício; em decorrência de notícia de fato apresentada por qualquer pessoa ou autoridade, desde que forneça, por meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação completa que permita sua identificação e localização; por determinação do Conselho Superior do Ministério Público, nas hipóteses regimentais.
- b) A instauração do inquérito civil e a adoção das medidas dele decorrentes caberão ao membro do Ministério Público investido da atribuição para a propositura da ação civil pública, respeitadas as regras de distribuição, inclusive na hipótese de instauração de ofício, bem como a atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça.

- c) Se, no curso da investigação, o presidente do inquérito civil concluir que não possui atribuição para a propositura da ação civil pública, remeterá os autos ao órgão dela investido, mediante despacho fundamentado, comunicando a remessa ao Conselho Superior do Ministério Público. Na hipótese de declinação de atribuição para outro ramo do Ministério Público, a decisão deverá ser submetida ao referendo do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) A portaria de instauração do inquérito civil conterá: o fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público e a descrição do fato objeto da investigação; bem como a determinação de publicação do extrato no DOMP, entre outros.

#### Questão 40

Acerca do impedimento e suspeição do presidente do Inquérito Civil Público, assinale a alternativa incorreta, nos termos da Resolução nº 09/18-CPJ/MPGO:

- a) O presidente do inquérito civil declarará, a qualquer tempo, seu impedimento ou suspeição. Durante a tramitação da investigação, o interessado poderá arguir o impedimento ou a suspeição do presidente do inquérito civil. Considera-se interessado aquele que possua qualquer interesse na causa, seja moral ou patrimonial.
- b) A arguição de suspeição ou de impedimento será formalizada em peça própria, acompanhada das respectivas razões, e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento. Recebida, a arguição será autuada em apartado e apensada aos autos principais.
- c) O presidente do inquérito civil lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual poderá recusar a suspeição ou o impedimento, remetendo os autos, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público para deliberação, a ser tomada no prazo de até 2 (duas) sessões após o recebimento.
- d) O presidente do inquérito civil lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual poderá concordar com a alegação, com o que ficará, automaticamente, transferida a presidência da investigação a seu substituto.

#### Questão 41

Acerca da instrução do Inquérito Civil Público, assinale a alternativa incorreta, nos termos da Resolução nº 09/18-CPJ/MPGO:

- a) O esclarecimento do fato objeto de investigação será feito por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico, com a juntada das peças em ordem cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente.
- b) As oitivas serão realizadas pelo presidente, preferencialmente, na sede do órgão de execução, em dia e hora previamente agendados, e serão registradas por termo contendo a qualificação da pessoa envolvida e a assinatura dos presentes ou, em caso de recusa, de duas testemunhas.
- c) O membro do Ministério Público, visando instrumentalizar a realização de atos procedimentais à distância, poderá tomar depoimentos, realizar audiências, reuniões e outros atos, desde que compatíveis, por meio de transmissão de sons e imagens ao vivo e em tempo real (videoconferência), sem prejuízo de seu caráter reservado, quando assim for determinado expressamente nos autos. O membro do Ministério Público notificará as pessoas que participarão do ato, sobre a data e o horário em que será realizada a videoconferência, inclusive com instruções acerca da ferramenta tecnológica que será utilizada.
- d) As notificações para comparecimento conterão o número dos autos, o objeto, a sua finalidade e que o investigado deverá se fazer acompanhado de advogado, devendo ser feitas com antecedência mínima de 24 horas, ressalvadas as hipóteses de justificada urgência.

#### Questão 42

Acerca da instrução do Inquérito Civil Público, assinale a alternativa correta, nos termos da Resolução nº 09/18-CPJ/MPGO:

- a) As pessoas notificadas para participarem de videoconferência, que residam em localidade diversa do órgão de execução responsável pela realização do ato e que não tenham acesso aos meios tecnológicos necessários para fazê-lo, poderão buscar apoio técnico-operacional da unidade ministerial mais próxima, desde que comprovem sua hipossuficiência.
- b) A videoconferência será gravada e dela será lavrada ata com o resumo do ato a que se destina e de eventuais ocorrências. A ata da videoconferência não precisa ser assinada por seus participantes, salvo se, por meio digital, e posteriormente juntada aos autos.
- c) Caso solicitado formalmente, poderá ser fornecida cópia do arquivo digital da videoconferência aos interessados, mediante assinatura de termo específico, devendo estes, para tanto, fornecer a mídia a ser utilizada ou indicar o endereço eletrônico para o qual será remetida, observados os procedimentos adequados quanto ao sigilo.
- d) Antes de iniciar o interrogatório, deverá ser oportunizada ao investigado a entrevista pessoal e reservada com seu advogado. Se no curso do interrogatório o investigado desejar permanecer em silêncio, o presidente da investigação interromperá o ato, sendo vedada a realização de novo interrogatório.

#### Questão 43

A respeito da organização institucional do Ministério Público e as respectivas competências ou atribuições, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão da administração superior encarregado de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, bem como de fiscalizar e avaliar os resultados das metas institucionais e atividades dos demais órgãos da administração e dos órgãos auxiliares da atividade funcional. Compete à Corregedoria Geral do Ministério Público rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei.
- b) A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público, com a finalidade precípua de aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos serviços auxiliares. Incumbe à Escola Superior do Ministério Público, entre outras atribuições previstas no regulamento, promover, em conjunto com a Corregedoria Geral do Ministério Público, Curso de Preparação e Aperfeiçoamento, como etapa obrigatória para o processo de vitaliciamento de Promotores de Justiça em estágio probatório, conforme regulamentação do Conselho Superior do Ministério Público.
- c) A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, incumbido de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, será presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta por 2 (dois) Procuradores de Justiça e 2 (dois) Promotores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, entre Procuradores e Promotores de Justiça da mais elevada entrância, em atividade, e de 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás.
- d) Os Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, integram a Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça. Compete aos Centros de Apoio Operacional, dentre outras funções, remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade e prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou na preparação e proposição de medidas processuais.

#### Questão 44

A respeito da autonomia do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe ao Ministério Público praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios
- b) Após requerimento e encaminhamento do Ministério Público, incumbe ao Legislativo Estadual apresentar projetos de lei sobre a criação e a extinção de cargos e de seus serviços auxiliares do Ministério Público, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos e vantagens dos seus membros e de seus servidores.
- c) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.
- d) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação, além de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro da carreira da instituição.

#### Questão 45

Em decorrência do arquivamento de notícia de fato, é correto dizer:

- a) a cientificação a respeito da decisão de arquivamento é facultativa no caso de a notícia de fato ter sido encaminhada ao Ministério Público em face de dever de ofício.
- b) a petição de interposição de recurso contra a decisão de arquivamento será protocolada na secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, que notificará a Promotoria de Justiça de origem a se pronunciar no prazo de 3 (três) dias, admitida a reconsideração da decisão.
- c) a cientificação sobre a decisão de arquivamento será realizada, preferencialmente, por notificação pessoal, podendo também ser efetivada por carta com aviso de recebimento ou por meio eletrônico.
- d) a cientificação e a publicação da decisão de arquivamento de notícia de fato é facultativa na hipótese de não localização ou de noticiante anônimo.

#### Questão 46

No que diz respeito ao inquérito civil e sua disposição regulamentar no âmbito do Ministério Público de Goiás é correto afirmar:

- a) O inquérito civil não pode ser instaurado de ofício.
- b) Se, no curso da investigação, o presidente do inquérito civil concluir que não possui atribuição para a propositura da ação civil pública, remeterá os autos, acompanhado de decisão fundamentada, ao Conselho Superior do Ministério Público com a indicação do órgão de execução que julgar competente.
- c) Admite-se que, verificado no curso do inquérito civil que a complexidade dos fatos ou a amplitude do objeto possa comprometer a eficiência da apuração, o presidente determine o desmembramento da investigação, expedindo as portarias correspondentes.
- d) A instauração do inquérito civil e a adoção das medidas dele decorrentes caberão ao membro do Ministério Público investido da atribuição para a propositura da ação civil pública, respeitadas as regras de distribuição, inclusive na hipótese de instauração de ofício, bem como a atribuição originária do

Procurador-Geral de Justiça, razão pela qual, dentre outras, é vedada a atuação conjunta de distintos órgãos de execução para a instauração e condução de inquérito civil.

#### Questão 47

De acordo com o Regime Jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, disciplinado pela Lei Estadual nº 20.756/2020, é correto afirmar:

- I - São deveres do servidor, dentre outros, exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, observar as normas legais e regulamentares e cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.  
II - O servidor que praticar transgressão disciplinar está sujeito a advertência, suspensão, multa, demissão, a cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade e destituição de cargo em comissão.  
III - Os registros das penalidades serão cancelados se o servidor não houver praticado nova transgressão disciplinar igual ou diversa da anteriormente cometida, nos seguintes prazos, contados a partir da sua aplicação: 3 (três) anos para advertência, 4 (quatro) anos para suspensão e 5 (cinco) anos para multa.  
IV - Não será punido o servidor que, ao tempo da transgressão disciplinar, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, comprovado por laudo médico oficial.

Assinale a alternativa correta acerca das assertivas acima:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

#### Questão 48

Ainda tendo por referência a Lei Estadual nº 20.756/2020, que estabelece o Regime Jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, assinale a alternativa que contém informação incorreta:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo certo que a proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- b) Caso a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas seja confirmada, antes da instauração do processo administrativo disciplinar, o servidor será notificado da inconstitucionalidade da acumulação e intimado a optar, no prazo de 10 (dez) dias, caso queira, por um dos vínculos públicos.
- c) A alteração da situação jurídico-funcional do servidor, observado o prazo prescricional, não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, aplicação de penalidade disciplinar e/ou da inabilitação de que trata o art. 199 da Lei Estadual nº 20.756/2020, salvo na hipótese de exoneração ou demissão, aposentadoria ou disponibilidade e após vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável.
- d) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si, com a ressalva de que a responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada no caso de sentença penal absolutória quanto ao mesmo fato, fundada na sua inexistência material ou na negativa de sua autoria.

#### Questão 49

Tendo por referência a Lei 14.810, de 1º de julho de 2004, que institui o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor é avaliado mediante os fatores de antiguidade, profissional e desempenho, sendo certo que o fator antiguidade corresponde ao tempo de serviço prestado pelo servidor no Ministério Público do Estado de Goiás, a contar da data de exercício da investidura no cargo de carreira, excluindo-se para a contagem de tempo os afastamentos em virtude de faltas ao serviço não abonadas, licença para tratar de interesses particulares, pena de suspensão recebida, tempo de serviço em outros órgãos ou entidades do serviço público e outros afastamentos não-remunerados.
- b) O fator profissional corresponde ao aperfeiçoamento funcional do servidor, adquirido no decorrer do período aquisitivo que antecede o processo de promoção, nas seguintes modalidades: participação em conselhos, comissões e equipes especiais de trabalho; participação em treinamentos; título de Doutor, Mestre, Especialista; formação disciplinar superior a exigida ao ingresso no cargo; recebimento de prêmios; publicação de artigos, desde que relacionados à área de trabalho.
- c) O fator desempenho corresponde aos resultados obtidos pelo servidor na execução de suas atribuições, medidos através dos subfatores: assiduidade, que avalia a frequência do servidor ao trabalho, inclusive a sua pontualidade ao serviço e desempenho, avaliado através dos seguintes itens: a) qualidade e produtividade; b) conhecimento do trabalho; c) comunicação; d) relacionamento; e) capacidade de realização.
- d) A promoção vertical, que depende de vagas, é obtida por meio da progressão funcional, quando o servidor é promovido para a referência inicial da classe superior a que está enquadrado.

#### Questão 50

A Lei 14.810, de 1º de julho de 2004, que institui o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado de Goiás, prevê algumas licenças além daquelas já previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás. Acerca dessa temática, assinale a alternativa correta.

- a) A licença-paternidade será de 20 (vinte) dias ininterruptos, contados do nascimento ou da adoção; a licença para casamento será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados da celebração; a licença por luto, em virtude do falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras, genros e de pessoa sob tutela, guarda ou curatela do servidor, será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados do falecimento; a licença à gestante será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo iniciar-se na trigésima sexta semana de gestação, salvo na hipótese de antecipação de parto, também podendo ser concedida à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção e, nos casos de natimorto ou aborto, salvo contra-indicação médica, a licença será de 30 (trinta) dias.
- b) A licença-paternidade será de 20 (vinte) dias ininterruptos, contados do nascimento ou da adoção; a licença para casamento será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados da celebração; a licença por luto, em virtude do falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras, genros e de pessoa sob tutela, guarda ou curatela do servidor, será de 7 (sete) dias ininterruptos, contados do falecimento; a licença à gestante será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo iniciar-se na trigésima sexta semana de gestação, salvo na hipótese de antecipação de parto, também podendo ser concedida à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção e, nos casos de natimorto ou aborto, salvo contra-indicação médica, a licença será de 30 (trinta) dias.
- c) A licença-paternidade será de 20 (vinte) dias ininterruptos, contados do nascimento ou da adoção; a licença para casamento será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados da celebração; a licença por luto, em virtude do falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras, genros e de pessoa sob tutela, guarda ou curatela do servidor, será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados do falecimento; a licença à gestante será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo iniciar-se na trigésima

---

sexta semana de gestação, salvo na hipótese de antecipação de parto, também podendo ser concedida à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção e, nos casos de natimorto ou aborto, salvo contra-indicação médica, a licença será de 20 (vinte) dias.

- d) A licença-paternidade será de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados do nascimento ou da adoção; a licença para casamento será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados da celebração; a licença por luto, em virtude do falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras, genros e de pessoa sob tutela, guarda ou curatela do servidor, será de 8 (oito) dias ininterruptos, contados do falecimento; a licença à gestante será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo iniciar-se na trigésima sexta semana de gestação, salvo na hipótese de antecipação de parto, também podendo ser concedida à servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção e, nos casos de natimorto ou aborto, salvo contra-indicação médica, a licença será de 30 (trinta) dias.

---

## PROVA DISCURSIVA

### 02 Questões

*Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.*

---

#### Questão 01

A Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, dispõe que:

*Art. 64 - A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público, com a finalidade precípua de aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos serviços auxiliares.*

Com base no referido diploma legal, discorra sobre a Escola Superior do Ministério Público do Ministério Público de Goiás, abordando os seguintes tópicos: a) composição; b) três atribuições; c) regulamentação da estrutura organizacional e do funcionamento.

#### Questão 02

A resolução nº 07/18-CPJ/MPGO regulamenta a notícia de fato de natureza criminal, a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do MPGO, sendo que nos parágrafos 7º e 8º do artigo 21, há uma normativa própria acerca das notificações e requisições e intimações para certas autoridades já que deverão ser encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça ou outro órgão do MP a quem essa atribuição for delegada.

Quais autoridades são essas e qual a peculiaridade acerca da designação de suas oitivas?

---

## REDAÇÃO

*Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.*

---

Quase 35 milhões de pessoas no Brasil vivem sem água tratada e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto, resultando em doenças que poderiam ser evitadas, e que podem levar à morte por contaminação. Esse é o cenário quase dois anos depois de entrar em vigor o Novo Marco Legal do Saneamento, sancionado na Lei 14.026 de 2020, quando os investimentos no setor atingiram R\$ 13,7 bilhões — valor insuficiente para que sejam cumpridas as metas da legislação atualizada.

Somente 50% do volume de esgoto do país recebe tratamento, o que equivale a mais de 5,3 mil piscinas olímpicas de esgoto in natura sendo despejadas diariamente na natureza. Municípios dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais ocupam as primeiras posições do ranking, liderados por Santos (SP). Entre os 20 piores estão municípios da região Norte, alguns do Nordeste e Rio de Janeiro. A última posição é ocupada por Macapá (AP).

Os dados constam da 14ª edição do Ranking do Saneamento, publicado pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a GO Associados, com foco nos 100 maiores municípios brasileiros. Divulgado na terça-feira (22), quando se comemorou o Dia Mundial da Água, o relatório faz uma análise dos indicadores de 2020 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. O estudo busca mostrar quais são os desafios que o Brasil ainda enfrenta para cumprir com os compromissos nacionais e internacionais em água tratada, coleta e tratamento de esgoto. Ao comparar as 20 melhores cidades do ranking contra as 20 piores, o estudo aponta diferenças nos indicadores de acesso. Enquanto 99,07% da população das 20 melhores têm acesso a redes de água potável, 82,52% da população dos 20 piores municípios têm esse serviço.

O estudo também aponta discrepância na porcentagem da população com rede de coleta de esgoto: 95,52% da população nos 20 melhores municípios têm os serviços; enquanto somente 31,78% dos moradores nos 20 piores municípios são abastecidos com a coleta do esgoto.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/estudo-aponta-que-falta-de-saneamento-prejudica-mais-de-130-milhoes-de-brasileiros> (acesso 09/03/2023)

**APÓS A LEITURA DO TRECHO ACIMA, ELABORE UMA REDAÇÃO ACERCA DO PARADOXO EXISTENTE ENTRE A VIGÊNCIA, HÁ MAIS DE DOIS ANOS DO MARCO DO SANEAMENTO, E A REALIDADE VIVENCIADA PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA**